

Governo não vai ter água rationada

Caesb apenas sugere que órgãos públicos façam economia no consumo

FOTOS: FRANCISCO GUALBERTO

CARMEN CRUZ
Da Editoria de Cidade

O plano de racionamento de água, a ser implantado a partir do próximo mês, não atingirá por igual todos os brasilienses, como anuncia a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb). Por adotar uma política de abastecimento diferenciada para os diversos setores da cidade e alguns segmentos da população, a Caesb vai queimar as várias etapas do seu plano economizando mais aqui do que acolá.

Para pequenos e médios consumidores a empresa já definiu muitas progressivas sobre as tarifas. Os órgãos públicos, entretanto, grandes consumidores, estão recebendo uma carta onde são apontadas sugestões para economia e uso racional de água, sem a definição de qualquer medida punitiva. Os espelhos d'água, que caracterizam as praças, parques e prédios da cidade, são responsáveis por um alto consumo, mesmo assim poderão ser mantidos.

AUMENTOS

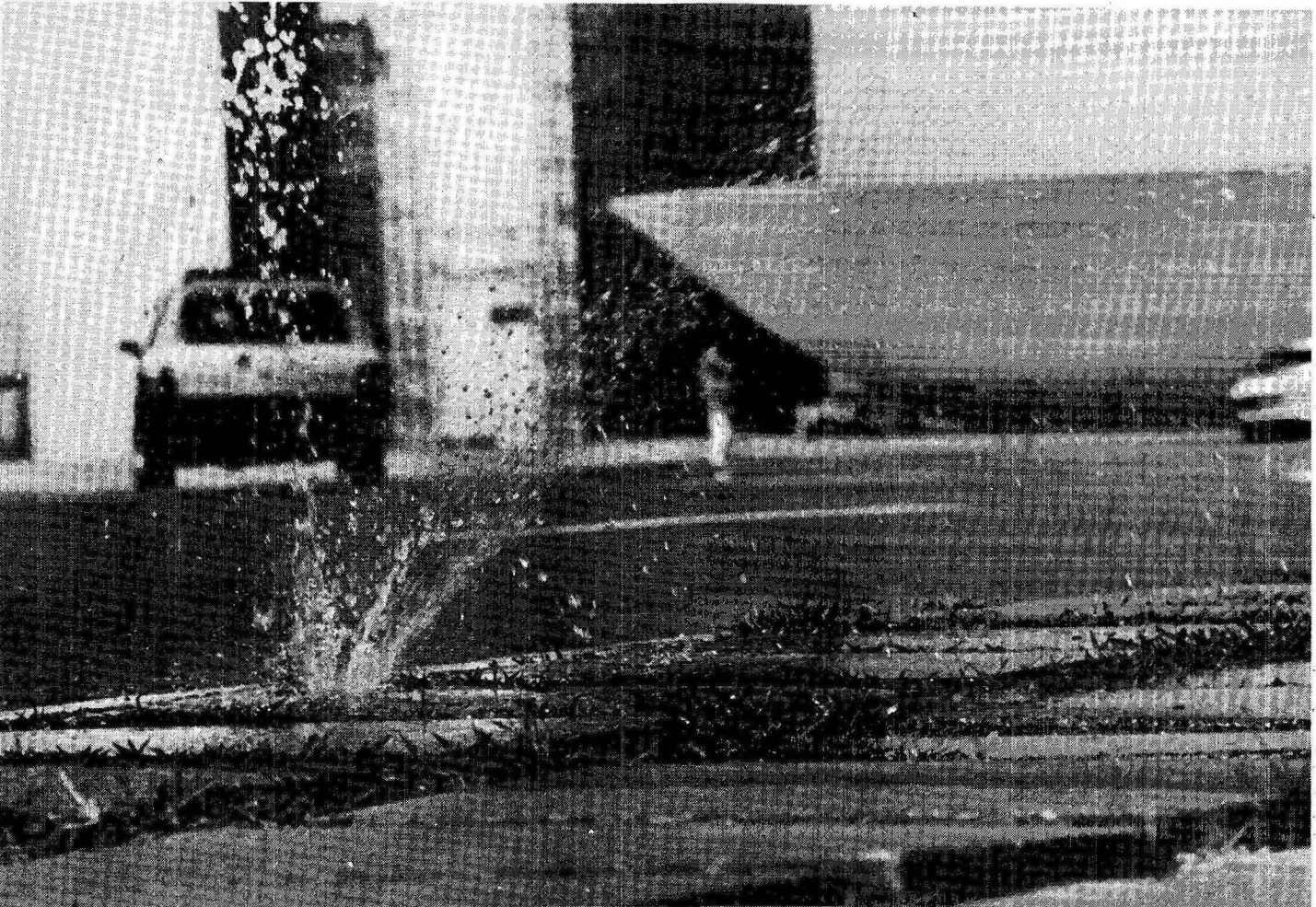
Desde fevereiro o aumento

das tarifas vem colocando o consumidor contra a parede, mas a partir de maio as pressões da Caesb para obrigar o racionamento serão maiores. A princípio a ação "econômica" vai buscar a penalidade para quem consome mais. Isto significa que quem gasta até 50 mil litros de água por mês não será penalizado. As multas são progressivas e não fındarão se a Caesb decidir executar a última etapa do seu plano, que é o corte de água por tempo determinado.

A Caesb ainda está definindo o que vai discutir com os representantes de Hotéis, Bares e Restaurantes, no próximo dia 30, quando pretende buscar junto ao setor apoio e adesão ao plano de racionamento. Deverão ser estabelecidos critérios de racionamento em níveis mais elevados em comparação com aqueles que limitam o consumo das famílias médias. No comércio, de forma geral, bem como hospitais e blocos residenciais, o corte do abastecimento por 24 horas não deverá ser notado porque, pela lei, são obrigados a manter reservatórios com capacidade para esse período.

O corte no fornecimento, entretanto, vai atingir principalmente aqueles que não possuem caixas ou quaisquer outros reservatórios. Na Ceilândia, grande parte da população depende da água direta dos chafarizes e vai ter sérias dificuldades. O mesmo ocorre com a Vila Paranoá. O corte de água será feito por etapas, ou seja, com a divisão de toda a cidade em cinco grandes regiões, tendo em comum os níveis de consumo e grau de facilidade no manuseio da operação. Isto significa que quando um destes grupos ficar sem água nos outros quatro o abastecimento será normal, funcionando o corte num sistema de rodízio.

Algumas áreas, como o Setor de Mansões do Lago Norte e a parte alta do Lago Sul, não sentirão os efeitos do racionamento. No Setor de Mansões os moradores recebem água do rio Taquaril, cuja captação não está integrada ao sistema de abastecimento dependente dos reservatórios de Santa Maria e do rio Descoberto. O mesmo acontece com parte do Lago Sul, a mais alta, que recebe água do Cabeça de Veado, que está em bom nível.



As perdas por defeitos na rede pública também prejudicam o controle perfeito de quanto se gasta

Técnicos condenam medida agora

Técnicos da Caesb, prestando serviços em outros órgãos do Governo do Distrito Federal, fazem duras críticas ao racionamento e garantem que os objetivos estão claros. "A Caesb queria os recursos para as obras emergenciais e está conseguindo". Eles se referem às obras previstas para o próximo ano, novas captações e reativação de outras orçadas em Cz\$ 247 milhões. A Caesb busca estes recursos da Seplan e da Caixa Econômica Federal, via GDF:

A escassez de chuva, o crescimento vegetativo da população e a falta de expansão da rede de abastecimento, apresentadas como justificativa pela direção da Caesb para a implantação de medidas de racionamento, não são aceitas pelos técnicos. Através de dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Meteorologia eles demonstraram que este ano já choveu 70 por cento que durante todo o ano de 86. A precipitação acumulada naquele ano foi de 967,7 mm e a deste já chega (até ontem) a 669,7 mm.

Quanto ao sistema de abastecimento de água, eles questionam

nam primeiro o fato de a bacia de Santa Maria ser a única seca em toda a região. Todas as outras estão vertendo água, garantem. "De duas, uma: ou o bombeamento está sendo feito além da capacidade admissível da barragem ou há perda excessiva no sistema, desde a captação até as unidades atendidas", concluem.

Os técnicos explicam que no final do ano passado foram liberados Cz\$ 15 milhões para obras de desassoreamento da bacia do Torto, mas até hoje a barragem continua desativada. Se o problema é com as bacias de Santa Maria e Torto, não há porque toda a população ser alvo de tanto "terrorismo", acrescentam.

Para eles, o racionamento não é, de forma alguma, necessário agora porque a bacia do rio Descoberto, que alimenta quase todo o sistema de abastecimento da cidade não tem problemas e está com níveis bons, tornando a medida fora de propósito. Somente a Asa Norte e o Lago Norte são atendidos "unicamente" pelo sistema Santa Maria/Torto. Os outros setores também atendidos pelo siste-

ma, que representa todo o Plano Piloto, têm contribuições de outros mananciais, como o próprio Descoberto, o cabeça do Veado e outros.

Nenhum outro ponto de captação apresenta restrição de estoque de água, pois suas barragens estão vertendo, acentuam. "Assim sendo, caso seja necessário o racionamento, somente aqueles setores — Asa Norte e Lago Norte — seriam atendidos". Questionando ainda a responsabilidade de administrações passadas da Caesb, que deixaram o Santa Maria chegar aos níveis atuais, os técnicos não admitem também a justificativa de que o crescimento da população está exigindo a adoção destas medidas.

A partir de dados da Codeplan que prevêem um crescimento populacional da ordem de 75 mil 104 habitantes para este ano, e de 12 mil 671 só no Plano Piloto, eles sustentam que para abastecer sem problemas esta nova demanda bastaria a conclusão das obras do Torto, que tem vazão nominal de 650 litros por segundo, mas está desativado desde o ano passado.

Residência já tem seu limite

A ação econômica do plano de racionamento já está definida para a categoria residencial e vai penalizar quem consome acima de 50 mil litros por mês. Ultrapassando esta cota o consumidor, além de pagar mais caro pelo litro de água, terá o excesso sobretaxado progressivamente. Até terça-feira, o GDF anuncia os critérios para as multas ao comércio, indústria e administração pública.

Desde fevereiro a Caesb utiliza a nova tabela para os cálculos da tarifa. Desde então, quem consome de zero a 10 mil litros paga Cz\$ 1,35 por 1 mil litros, que dá uma taxa mínima de Cz\$ 13,50. De 11 a 15 mil o valor de mil litros sobe para Cz\$ 1,80 e assim por diante. O consumidor com gasto acima de 100 mil litros, na categoria residencial, paga nada menos que Cz\$ 10,90 pelos mil litros. O que muda a partir de maio é a sobretaxa desse consumo.

Se uma família consome por mês 50 mil litros de água, ela vai pagar Cz\$ 159, estando totalmente isenta das medidas estabelecidas pelo Decreto nº 10.157, de 27 de fevereiro. Mas se o consumo atingir, por exemplo, a 60 mil litros no mês, o cálculo da tarifa será com base no valor de mil litros para esta faixa, ou seja, de Cz\$ 6,20, que daria uma conta no valor de Cz\$ 372,00. Só que em cima dos 10 mil litros ou de Cz\$ 62,00, a Caesb vai acrescentar mais 25 por cento — Cz\$ 15,50 — que dará ao excesso o valor de Cz\$ 77,50, elevando a conta final do consumidor para Cz\$ 387,50.

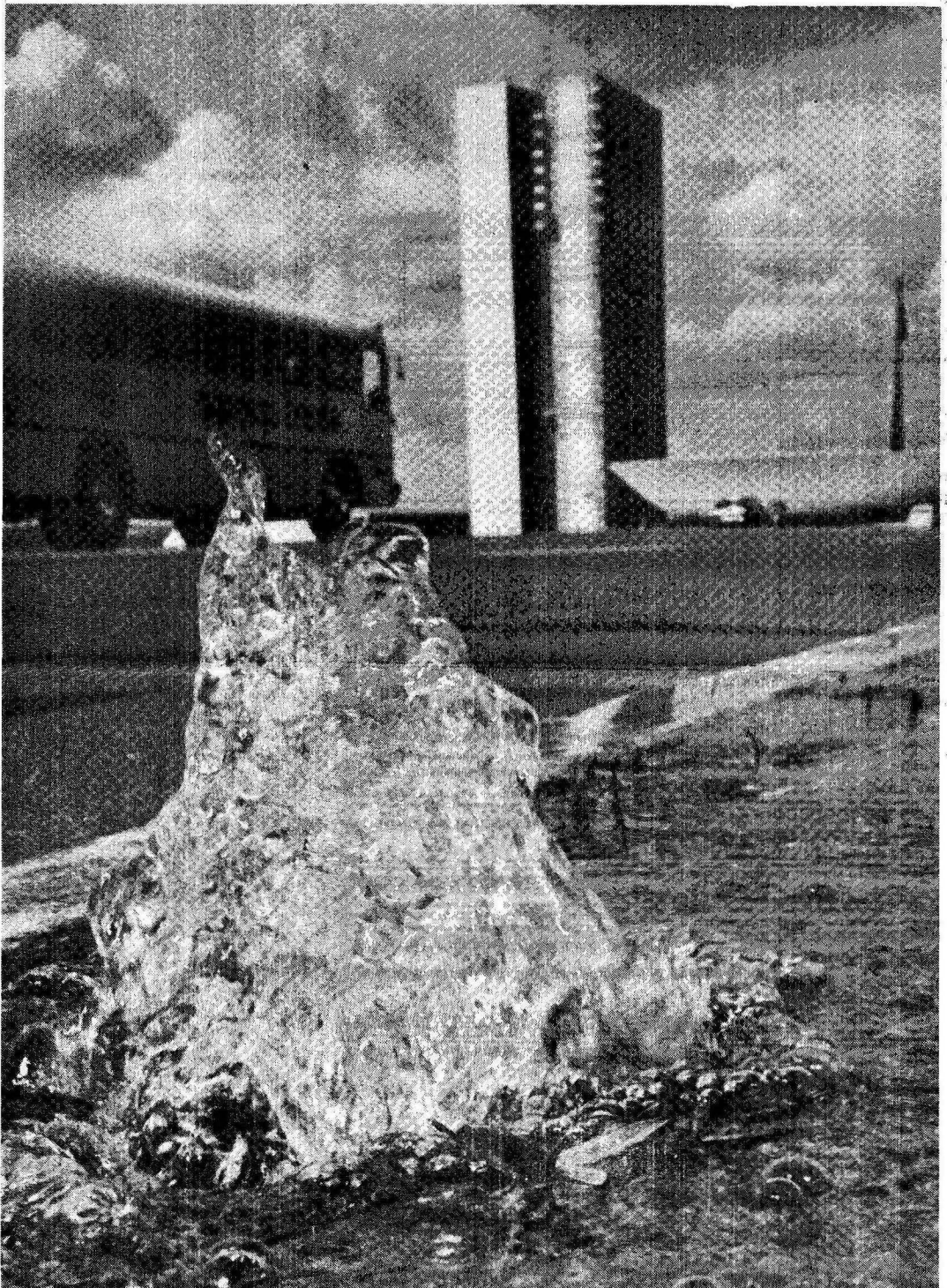
De acordo com o decreto, quem consome até 50 mil litros está isento da sobretaxa. Para o consumo de 51 a 100 mil litros a sobretaxa é de 25 por cento, de 101 a 200 mil de 50 por cento acima de 201 mil litros a sobretaxa será de 100 por cento. A Caesb informa, entretanto, que mesmo além dessa sobretaxa de 100 por cento outras virão penalizar os maiores consumidores.

Para a indústria, o comércio e a administração pública ainda não foram definidos os níveis das sobretaxas. Mas desde fevereiro elas pagam novas tarifas. Para o comércio que consome de zero a 15 mil litros, o valor de mil litros é Cz\$ 4,00, acima disso Cz\$ 6,00. A indústria, que está na faixa de consumo de zero a 15 mil litros, paga Cz\$ 6,50 por mil litros. Se o consumo está acima disso a tarifa por mil litros sobe para Cz\$ 12,00.

A tarificação para a administração pública segue de perto a estabelecida para o comércio, com duas faixas de consumo. O valor de mil litros para o consumo de até 15 mil litros é de Cz\$ 3,50 e acima disso a tarifa por mil litros é de Cz\$ 5,25. O decreto prevê alterações periódicas nas tarifas de água e esgotos nos próximos meses, obedecendo a estudo tarifário elaborado pela Caesb.

Prevê também que dentro de mais 30 dias a Caesb terá que apresentar ao GDF um estudo de regionalização de tarifas, diferenciadas em função do poder aquisitivo das comunidades servidas.

As indústrias que tiveram contratos de prestação de serviços com a Caesb, segundo ainda o decreto 10.157, "ficam isentas do ajuste de carga (da sobretaxa) até o limite da demanda contratada, ficando o excesso de consumo, porém, sujeito à disposições do artigo primeiro deste decreto". Se a indústria estabelece um limite de consumo no contrato é de se esperar que ele atenda suas necessidades, nesse caso, a sobretaxa dificilmente seria aplicada.



Parece que a Caesb ainda não se preparou para realmente controlar a água perdida

Índice de perda é de 40%

A Caesb admite hoje um índice de perda no sistema de abastecimento que se aproxima dos 40 por cento. Segundo o diretor de Operações, Antônio de Pádua, o órgão não tem condições técnicas de controlar toda esta perda porque nem todo o sistema é hidrometrado. Isso significa que, além dos chafarizes utilizados pelos moradores de Ceilândia e Paranoá, e das tarifas estimadas por um consumo mínimo na ausência de hidrômetros, grande parte da população pode ainda estar fazendo uso de ligações clandestinas para complementar o abastecimento medido.

Esta possibilidade não é descartada pelo órgão, entretanto, apesar de haver um programa na Caesb, financiado pela Caixa Econômica, só para controlar as perdas ao longo das redes de abastecimento, ele não funciona. E o Programa de Controle de Perdas (PCOP) que só este ano recebeu Cz\$ 45 milhões da CEF para os programas de hidrometração, macromedicação e pitometria — medição móvel.

Embora já implantados, continuam longe dos objetivos: "reduzir o índice de perda a 20 por cento, considerado excelente para o País", disse Antônio de Pádua. No ano passado foram instalados 10 mil hidrômetros na Ceilândia e para este ano está prevista a instalação de mais 10 mil. A Caesb considera perda a diferença entre o que ela produz e o que controla com a medição. Atualmente a arrecadação em tarifas, da ordem de Cz\$ 60 milhões, corresponde a pouco

mais de 60 por cento que ela produz.

Para reduzir esse índice, a Caesb, segundo a diretoria de operações, vai implementar os programas do PCOP e adotar outras medidas internas para melhorar a manutenção de suas redes. "Não temos turmas nem caminhões suficientes para atender todas as chamadas", acentuou. O Sistema Integrado de Serviços da Caesb, (SIS) que opera através do telefone 195, também terá que sofrer reformulações, lembra Antonio de Pádua.

A Caesb vai ainda buscar o aumento de sua produção com as tão comentadas obras emergenciais a curto prazo. São os obras de captação do córrego Bananal, com vazão nominal de 400 litros por segundo, captação do córrego Taguaril, 150 litros por segundo, reativação do Currais e Pedras, perto da Ceilândia, que representaria mais 260 litros por segundo. Ainda a captação do Mestre D'Armas para atender Planaltina e Sobradinho, com vazão de 80 litros por segundo, reforço da adutora do Descoberto para acrescentar mais 650 litros por segundo na sua vazão atual e recuperar o reservatório de Santa Maria.

Todas estas obras vão custar ao GDF cerca de Cz\$ 250 milhões, sem contar Cz\$ 20 milhões que o Governo já liberou para a elaboração dos projetos. "Água não nos falta. No Distrito Federal tem muita água, faltou foi investimento na época certa" salienta Pádua.

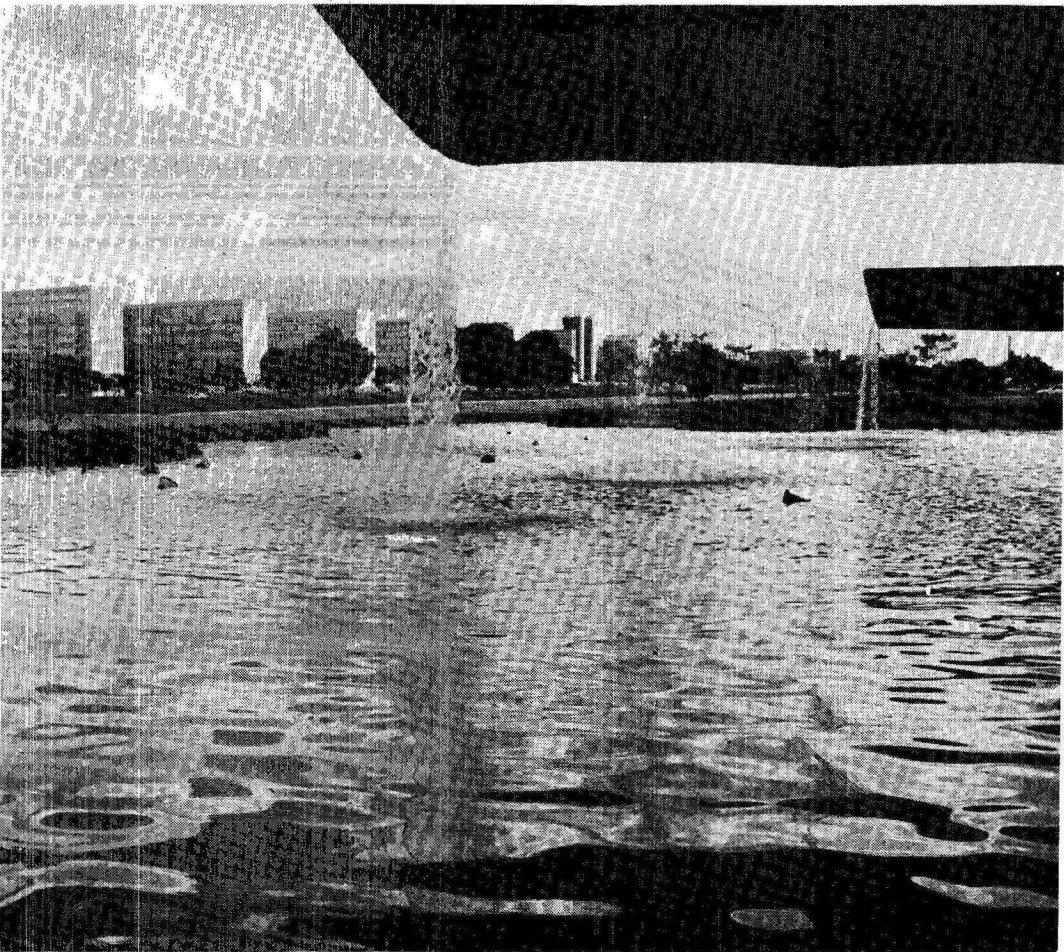
Quanto cada um consome no mês

Na quinta-feira a Caesb reúne os representantes de bares, hotéis e similares a fim de adotar medidas de racionamento para aqueles que também são responsáveis por um alto consumo de água. Hoje o Hotel Nacional, sozinho, consome 19 milhões de litros por mês, quase o equivalente à soma do consumo dos outros grandes hotéis da cidade. O Torre gasta em média 4 milhões, o Eron 3 milhões e 300 mil, enquanto o Garvey Park já chega aos 5 milhões e 300 mil litros por mês.

Outro consumidor considerável é o Conjunto Nacional, que em março atingiu a marca de 15 milhões de litros de água. A Rodoviária do Plano Piloto também desponta entre os maiores: 6 milhões e 900 mil litros por mês.

Dos ministérios, o maior consumidor é o das Relações Exteriores, que em março ultrapassou os 33 milhões de litros. O das Comunicações consome 6 milhões e 100 mil, o da Justiça, 5 milhões e o de menor consumo é o da Saúde, com 3 milhões e 50 mil litros.

Nos prédios comerciais, como nos grandes bancos, por exemplo, o sistema de abastecimento é feito a partir da fixação de um limite mínimo de consumo. Ou seja, mesmo não consumindo o fixado pela Caesb, o banco terá que pagar o mínimo. Dentro desse sistema estão também os prédios residenciais, que como os outros, são subdivididos em áreas denominadas "econômias". A medição geral é subdividida pelo número de economias, de forma a garantir um valor mínimo de tarifação estabelecida pela Caesb.



O consumo mensal de água no Ministério da Justiça chega a 5 milhões

GDF é um dos maiores gastadores

O Departamento de Parques e Jardins, da Novacap, responsável pela manutenção das áreas verdes, fontes e espelhos d'água da cidade, não vai alterar em nada seus serviços em função do racionamento proposto pela Caesb. De acordo com o seu diretor, Ozanan Correia Coelho, os maiores consumos são registrados nas residências oficiais, nos Palácios, como o Alvorada e o Jaburu. Mas nestes casos a água utilizada não interfere no abastecimento da cidade.

Pode ser pouco para o DPJ, por exemplo, o consumo da fonte da Praça do Buriti que o órgão também administra, mas o que ela gasta de água em um mês representa o consumo de 280 famílias médias, com cinco pessoas, que queiram estar isentas das multas da Caesb, consumindo em torno de 50 mil litros cada família. Nos últimos meses a fonte do Buriti estava gastando nada menos que 14 milhões de litros por mês. Segundo Ozanan, agora ela passou por uma impermeabilização e deverá gastar um pouco menos. A água da fonte do Buriti é tratada pela Caesb.

O Governo do Distrito Federal é um dos grandes consumidores da Caesb, a começar pela

residência oficial do governador, em Aguas Claras, onde a medição nos últimos meses registrava quase 2 milhões de litros, o equivalente ao consumo de 40 famílias que objetivam a isenção das multas. Nestes 1 milhão e 800 mil litros de água por mês não estão incluídos, segundo Ozanan, a irrigação de plantações que é feita com água das proximidades.

Outra conta alta do GDF é a do seu consumo da Secretaria de Finanças que, apenas em seu prédio gasta o equivalente a todas as outras secretarias juntas no Anexo do Palácio do Buriti. O consumo da Secretaria de Finanças chegou a 5 milhões e 400 mil litros por mês. Mas a Transportes Coletivos de Brasília (TCB) gastou em março 8 milhões 260 mil litros.

No Senado os gastos são de mais de 12 milhões de litros por mês, mas aí não estão incluídas as trocas de água feitas a cada mês no lagoinho atrás do Congresso. Para isso, são mais 12 milhões e 200 mil litros, que dariam para abastecer mais de 200 residências. Por servir de viveiro para peixes e aves, o lagoinho do Senado é renovado invariavelmente todo mês. No Palácio da Justiça a troca é feita apenas de três em três me-

ses, havendo apenas a reposição parcial com maior frequência.

O Parque da Cidade tem duas ligações, somando um consumo de 62 milhões de litros por mês. O seu lago, alimentado diariamente por uma delas, é abastecido por água bruta, não tratada. Para o administrador Caranambu Bessa, apesar de até o momento a Novacap não ter formalizado nenhum pedido no sentido de racionar o consumo, "já estamos contribuindo. Fechamos a água para o lago há um mês e só molhamos a grama duas vezes por semana".

Em Aguas Claras ou no Palácio do Buriti, de acordo com o chefe do Gabinete Militar, coronel Sereno, não há previsão de racionamento. "Não recebemos qualquer informação a respeito".

O diretor de operações da Caesb, Antônio de Pádua, afirmou que vai ser importante para o sucesso do plano de racionamento a colaboração de todos os órgãos públicos, do GDF e federais. Aos ministérios, Congresso e muitos outros órgãos, ele enviou na quarta-feira cartas "sugerindo processo de uso racional de água". Ele explicou que o ideal seria o não funcionamento da fonte, mas que essa decisão cabia ao governador.